

HABEAS CORPUS Nº 489.435 - SE (2019/0011708-3)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE
SAULO LAMARTINE MACEDO - SE007743
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
PACIENTE : THIAGO PEREIRA DOS SANTOS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de THIAGO PEREIRA DOS SANTOS contra decisão de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe no julgamento do HC n. 0011426-12.2018.8.25.0000.

Depreende-se dos autos que o paciente encontra-se preso preventivamente, pela prática, em tese, dos crimes previstos no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, e arts. 329 e 330, ambos do Código Penal.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o tribunal de origem, que indeferiu a liminar.

Nesta via, a impetrante alega que a segregação antecipada do réu teria sido decretada sem fundamentos idôneos. Entende que não estariam presentes os requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Requer, ao final, a concessão da ordem constitucional para que o paciente seja colocado em liberdade.

A liminar foi indeferida (e-STJ fls. 201-202).

As informações foram prestadas (e-STJ fls. 206-209).

O Ministério Público Federal, às fls. 214-217 (e-STJ), manifestou-se pela concessão da ordem.

É o relatório.

O pedido não pode prosperar.

Isso porque, em consulta ao sistema informatizado do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, verifica-se que sobreveio o julgamento do mérito do *writ* originário, cuja ordem foi denegada.

Assim, conforme precedentes do Superior Tribunal de Justiça, o julgamento do mérito do *habeas corpus* originário ocasiona a perda do objeto do presente *writ*, visto que se insurge contra a decisão indeferitória da medida liminar pretendida no *habeas corpus* originário, sob os argumentos que expôs, os quais, com o julgamento definitivo, ficaram superados.

A propósito:

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS IMPETRADO CONTRA DECISÃO LIMINAR DO TRIBUNAL DE ORIGEM. PEDIDO LIMINAR DEFERIDO PARA CONCEDER PRISÃO DOMICILIAR. MÉRITO JULGADO PELA INSTÂNCIA LOCAL. PREJUDICADO O SEGUIMENTO DESTES WRIT. NOVO ATO COATOR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

Superior Tribunal de Justiça

1. O agravante impugna a decisão monocrática que negou seguimento a este habeas corpus, por prejudicado (perda superveniente do objeto).

2. Ordem impetrada contra decisão liminar do Tribunal local. O paciente, com condenação transitada em julgado, almejava a conversão do regime semiaberto em prisão domiciliar, com espeque no art. 318, VI, do Código de Processo Penal, bem como no art. 117, III, da Lei de Execução Penal. Por ser o único responsável por filhas menores, uma delas menor de 12 anos, o pedido liminar foi deferido por esta Relatoria, com superação ao enunciado da súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal.

3. Julgado o habeas corpus originário, ocasião em que o Tribunal local não enfrentou o mérito mas determinou a remessa dos autos ao Juízo da Execução, esta Relatoria considerou prejudicado o seguimento da presente ordem, pela perda superveniente do objeto. Diante do não enfrentamento do mérito pela instância revisora, tampouco se pode falar na possibilidade da análise, de ofício, dos pedidos iniciais, sob pena de indevida supressão de instâncias.

4. A superveniência do julgamento do habeas corpus impetrado perante o Tribunal de origem prejudica o writ aqui manejado, no qual se impugnava a decisão monocrática que indeferiu o pedido de liminar. **Precedentes.**

5. Agravo regimental conhecido e não provido.

(AgRg no HC 379.825/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 07/04/2017, grifou-se.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno desta Corte, **julga-se prejudicado** o presente pedido.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator